2023/2722

5.12.2023

REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2023/2722 DO CONSELHO

de 4 de dezembro de 2023

que dá execução ao Regulamento (UE) 2020/1998 que impõe medidas restritivas contra violações e atropelos graves dos direitos humanos

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2020/1998 do Conselho, de 7 de dezembro de 2020, que impõe medidas restritivas contra violações e atropelos graves dos direitos humanos ([1]), nomeadamente o artigo 14.º, n.º 4,

Tendo em conta a proposta do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança,

Considerando o seguinte:

(1) Em 7 de dezembro de 2020, o Conselho adotou o Regulamento (UE) 2020/1998.

(2) À luz de uma reapreciação da Decisão (PESC) 2020/1999 ([2]), o Conselho decidiu que as medidas restritivas nela previstas devem ser prorrogadas até 8 de dezembro de 2026.

(3) Nos termos do artigo 14.º, n.º 4, do Regulamento (UE) 2020/1998, o Conselho reviu a lista, constante do anexo I desse regulamento, de pessoas singulares ou coletivas, entidades ou organismos sujeitos a medidas restritivas. Com base nessa revisão, as entradas relativas a nove pessoas singulares e três entidades deverão ser atualizadas.

(4) Por conseguinte, o anexo I do Regulamento (UE) 2020/1998 deverá ser alterado em conformidade,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O anexo I do Regulamento (UE) 2020/1998 é alterado em conformidade com o anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 4 de dezembro de 2023.

Pelo Conselho
O Presidente
O. PUENTE SANTIAGO

([1]) JO L 410 I de 7.12.2020, p. 1.
([2]) Decisão (PESC) 2020/1999 do Conselho, de 7 de dezembro de 2020, que impõe medidas restritivas contra violações e atropelos graves dos direitos humanos (JO L 410 I de 7.12.2020, p. 13).

ANEXO

O anexo I do Regulamento (UE) 2020/1998 é alterado do seguinte modo:

1) Na secção A («Pessoas singulares»), as entradas relativas às nove pessoas singulares que se seguem passam a ter a seguinte redação:

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
«2.	Alexander (Alexandr) Ivanovich BASTRYKIN	Александр Иванович БАСТРЫКИН	Função(ões): presidente da Comissão de Investigação da Federação da Rússia Data de nascimento: 27.8.1953 Local de nascimento: Pskov, República Socialista Federativa Soviética da Rússia (atualmente Federação da Rússia) Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Alexander Bastrykin exerce as funções de presidente da Comissão de Investigação da Federação da Rússia ("Comissão") desde janeiro de 2011 (e de presidente em exercício de outubro a dezembro de 2010). No cargo que ocupa, supervisiona todas as atividades da Comissão. Oficialmente, a Comissão é chefiada pelo presidente da Rússia. Na sua qualidade de presidente da Comissão, Alexander Bastrykin é responsável por graves violações dos direitos humanos na Rússia, nomeadamente por prisões e detenções arbitrárias. Alexander Bastrykin é responsável pelas campanhas generalizadas e sistemáticas de repressão orquestradas pela Comissão contra a oposição russa com o objetivo de investigar os seus membros. Em 29 de dezembro de 2020, a Comissão lançou uma investigação sobre o dirigente da oposição Alexei Navalny, acusando-o de fraude em larga escala. Alexei Navalny e outros publicaram artigos sobre a empresa imobiliária checa LAW Bohemia, de que Alexander Bastrykin foi proprietário nos anos 2000. Em 2022, a Comissão de Investigação, que Alexander Bastrykin continua a presidir, acusou 92 soldados ucranianos de crimes contra a humanidade durante a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.	2.3.2021

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
6.	WANG Junzheng	王君正 (grafia chinesa)	Função(ões): Membro do 20.° Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC) (dezembro de 2022 a dezembro de 2026); deputado na 14.ª Assembleia Popular Nacional (fevereiro de 2023 a fevereiro de 2027); secretário do partido do Partido Comunista Chinês (PCC) na Região Autónoma do Tibete (RAT); antigo secretário do partido junto do Corpo de Produção e Construção do Sinquião (XPCC) e secretário-adjunto do Comité do Partido da Região Autónoma Uigure do Sinquião; comissário político do XPCC e presidente executivo do Grupo China Xinjian Data de nascimento: maio de 1963 Local de nascimento: Linyi, Shandong (China) Nacionalidade: chinesa Sexo: masculino	Secretário do partido do Partido Comunista Chinês (PCC) na Região Autónoma do Tibete (RAT) desde outubro de 2021. Membro do 20.° Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC) (dezembro de 2022 a dezembro de 2026). Deputado na 14.ª Assembleia Popular Nacional (fevereiro de 2023 a fevereiro de 2027). Antigo secretário do partido junto do Corpo de Produção e Construção do Sinquião (XPCC) e secretário-adjunto do Comité do Partido da Região Autónoma Uigure do Sinquião de abril de 2020 a outubro de 2021, e comissário político do XPCC de maio de 2020 a outubro de 2021. Antigo secretário da Comissão dos Assuntos Políticos e Jurídicos da Região Autónoma Uigure do Sinquião, de fevereiro de 2019 a setembro de 2020. Wang Junzheng ocupava também outros altos cargos no XPCC. O XPCC é uma organização económica e paramilitar estatal na Região Autónoma Uigure do Sinquião, que exerce poderes de autoridade administrativa e controla as atividades económicas em Sinquião. Enquanto secretário do partido e comissário político do XPCC, Wang Junzheng participava na supervisão de todas as políticas executadas pelo XPCC. Nessa função, foi responsável por graves violações dos direitos humanos na China, em especial detenções arbitrárias em grande escala e tratamentos degradantes infligidos a uigures e a pessoas de outras minorias étnicas muçulmanas, bem como por violações sistemáticas da liberdade de religião ou convicção, relacionadas, nomeadamente, com a execução, pelo XPCC, de um programa de vigilância, detenção e doutrinação de grande escala contra uigures e pessoas de outras minorias étnicas muçulmanas. Foi também responsável pela utilização sistemática de uigures e de pessoas de outras minorias étnicas muçulmanas como mão de obra forçada pelo XPCC, em especial nos campos de algodão.	22.3.2021

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
				Enquanto secretário-adjunto do Comité do Partido da Região Autónoma Uigure do Sinquião, Wang Junzheng participava na supervisão de todas as políticas de segurança aplicadas em Sinquião, inclusive o programa acima referido contra uigures e pessoas de outras minorias étnicas muçulmanas. Na qualidade de secretário da Comissão dos Assuntos Políticos e Jurídicos da Região Autónoma Uigure do Sinquião de fevereiro de 2019 a setembro de 2020, Wang Junzheng foi responsável pela manutenção da segurança interna e pela aplicação da lei na região. Como tal, ocupou um cargo político fundamental na supervisão e execução do referido programa.	
7.	WANG Mingshan	王明山 (grafia chinesa)	Função(ões): deputado na 14.ª Assembleia Popular Nacional (fevereiro de 2023 a fevereiro de 2027); Membro da Comissão Permanente do Comité do Partido da Região Autónoma Uigure do Sinquião; secretário da Comissão dos Assuntos Políticos e Jurídicos da Região Autónoma Uigure do Sinquião Data de nascimento: janeiro de 1964 Local de nascimento: Wuwei, Gansu (China) Nacionalidade: chinesa Sexo: masculino	Membro da Comissão Permanente do Comité do Partido da Região Autónoma Uigure do Sinquião e secretário da Comissão dos Assuntos Políticos e Jurídicos da Região Autónoma Uigure do Sinquião desde setembro de 2020. Deputado na 14.ª Assembleia Popular Nacional (fevereiro de 2023 a fevereiro de 2027). Antigo diretor e secretário-adjunto do partido responsável pelo Gabinete de Segurança Pública do Sinquião (XPSB) entre 2017 e janeiro de 2021. Na qualidade de secretário da Comissão dos Assuntos Políticos e Jurídicos da Região Autónoma Uigure do Sinquião, desde setembro de 2020, Wang Mingshan é responsável pela manutenção da segurança interna e pela aplicação da lei na região. Como tal, ocupa um cargo político fundamental na supervisão e execução de um programa de vigilância, detenção e doutrinação em grande escala contra uigures e pessoas de outras minorias étnicas muçulmanas. Enquanto antigo diretor e secretário-adjunto do partido responsável pelo XPSB (de 2017 a janeiro de 2021), ocupou um cargo fundamental no aparelho de segurança do Sinquião e foi diretamente responsável pela execução do referido programa. Em especial, o XPSB utilizou a "Plataforma Integrada de Operações Conjuntas" (IJOP), um programa de megadados utilizado para localizar milhões de uigures na região do Sinquião e assinalar os que são considerados "potencialmente ameaçadores", para serem enviados para campos de detenção.	22.3.2021

ELI: http://data.europa.eu/eli/reg_impl/2023/2722/oj

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
				No atual cargo, e devido às anteriores funções, Wang Mingshan é responsável por graves violações dos direitos humanos na China, em especial detenções arbitrárias em grande escala e tratamentos degradantes infligidos a uigures e a pessoas de outras minorias étnicas muçulmanas, bem como por violações sistemáticas da liberdade de religião ou convicção.	
10.	RI Yong Gil (também conhecido por RI Yong Gi, RI Yo'ng-kil, YI Yo'ng-kil)	리영길 (grafia coreana)	Função(ões): chefe do Estado-Maior do Exército do Povo Coreano (KPA) Patente: vice-marechal Data de nascimento: 1955 Nacionalidade: República Popular Democrática da Coreia (RPDC) Sexo: masculino	RI Yong Gil é o chefe do Estado-Maior do Exército do Povo Coreano (KPA). Foi ministro da Defesa Nacional do Estado da República Popular Democrática da Coreia de junho ou julho de 2021 a dezembro de 2022. Foi ministro da Segurança Social desde janeiro de 2021 até junho ou julho de 2021. Foi também chefe do KPA entre 2018 e janeiro de 2021. Foi promovido a vice-marechal do KPA em 14 de abril de 2022. Enquanto chefe do Estado-Maior do KPA e antigo ministro da Defesa Nacional, Ri Yong Gil é responsável pelas violações graves e generalizadas dos direitos humanos cometidas pelo KPA, nomeadamente por parte dos membros do Comando de Segurança Militar e de outras unidades do KPA. O Ministério da Segurança Social da República Popular Democrática da Coreia (anteriormente conhecido por Ministério da Segurança do Povo ou Ministério da Segurança Pública) e o Comando de Segurança Militar são instituições-chave encarregadas de executar as políticas de segurança repressivas do país, competindo-lhes interrogar e punir pessoas que fogem "ilegalmente" da República Popular Democrática da Coreia. Em particular, o Ministério da Segurança Social, através do seu Gabinete Correcional, é responsável pela gestão dos campos de prisioneiros e dos centros de detenção e trabalhos forçados de curta duração, nos quais os prisioneiros/detidos são sujeitos a fome deliberada e a outros tratamentos degradantes e desumanos.	22.3.2021

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
				Na qualidade de antigo chefe do Ministério da Segurança Social, Ri Yong Gil é responsável por violações graves dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia, em especial por tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, por execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, pelo desaparecimento forçado de pessoas e por prisões ou detenções arbitrárias, bem como por trabalhos forçados generalizados e por violência sexual contra as mulheres.	
18.	Valery (Valeriy) Nikolaevich ZAKHAROV	Валерий Николаевич Захаров (grafia russa)	Função(ões): conselheiro de segurança do presidente da República Centro-Africana Identificação do Grupo Wagner: M-5658 Data de nascimento: 12.1.1970 Local de nascimento: Leninegrado, República Socialista Federativa Soviética da Rússia (atualmente Federação da Rússia) Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Valery Zakharov, antigo membro dos serviços federais de segurança da Federação Russa, é o antigo conselheiro de segurança do presidente da República Centro-Africana. É uma figura importante da estrutura de comando do Grupo Wagner e mantém relações estreitas com as autoridades russas. Em virtude da sua antiga posição influente na República Centro-Africana e do seu papel de liderança no Grupo Wagner, Valery Zakharov é responsável por atropelos graves dos direitos humanos cometidos pelo grupo na República Centro-Africana, incluindo execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias. Isto inclui o assassinato de três jornalistas russos em 2018, cuja segurança estava a cargo de Valery Zakharov.	13.12.2021

ELI: http://data.europa.eu/eli/reg_impl/2023/2722/oj

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
19.	Maxim SHUGALEY t.c.p. Maksim SHUGALEI	Максим ШУГАЛЕЙ (grafia russa)	Função(ões): presidente da Fundação para a Defesa dos Valores Nacionais (FDNV) Data de nascimento: 24.2.1966 Local de nascimento: Leninegrado, antiga URSS (atualmente São Petersburgo, Federação da Rússia) Nacionalidade: russa Sexo: masculino N.º de passaporte ou bilhete de identidade: 710508436 (passaporte russo)	Maxim Shugaley é o presidente da Fundação para a Defesa dos Valores Nacionais (FDNV), uma entidade associada ao Grupo Wagner. A FDNV funciona como o setor de relações públicas do Grupo Wagner e o papel de Maxim Shugaley na FDNV consiste em dirigir campanhas de propaganda e desinformação pró-Grupo Wagner, nomeadamente para reforçar a reputação do Grupo Wagner e apoiar a sua implantação, bem como para interferir de forma dissimulada em nome do Grupo nos vários países em que este exerce atividade. O Grupo Wagner está incluído na lista por atropelos graves dos direitos humanos, incluindo tortura e execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias em vários países, incluindo a Líbia, o Mali e a República Centro-Africana. Maxim Shugaley está associado ao Grupo Wagner e é responsável por apoiar e promover os atos do Grupo Wagner através da propaganda pró-Wagner e da desinformação.	25.2.2023
21.	Konstantin Alexandrovich PIKALOV	Константин Александрович ПИКАЛОВ (grafia russa)	Função(ões): um dos comandantes da PMC Grupo Wagner em África Data de nascimento: 23.7.1968 Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Konstantin Pikalov, nome de código "Mazaï" (Mazay), é um dos líderes do Grupo Wagner e é responsável pelas atividades operacionais do Grupo Wagner em África, nomeadamente na República Centro-Africana (RCA). É acusado de ser instigador do assassinato de três jornalistas russos em julho de 2018. Desde abril de 2023, lidera também um novo grupo paramilitar (Convoy) criado em novembro de 2022 para intervir na guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. O Grupo Wagner está incluído na lista por atropelos graves dos direitos humanos incluindo tortura e execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, em vários países, incluindo a República Centro-Africana. Na sua posição de liderança no Grupo Wagner, Konstantin Pikalov é responsável por atropelos graves dos direitos humanos cometidos pelo Grupo Wagner na República Centro-Africana.	25.2.2023

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
24.	Alexander Alexandrovich IVANOV t.c.p. Aleksandr Alexandrovich IVANOV; Alexandre Alexandrovich IVANOV	Александр Александрович ИВАНОВ (grafia russa)	Função(ões): Representante dos instrutores do Grupo Wagner na República Centro-Africana Data de nascimento: 14.6.1960 Nacionalidade: russa Sexo: masculino Endereço: Bangui, República Centro-Africana	Alexander Ivanov é o porta-voz do Grupo Wagner na República Centro-Africana (RCA). É também o chefe da "União de Oficiais para a Segurança Internacional" russa, também denominada "Comunidade de Agentes de Segurança Internacional (COSI)", uma empresa de fachada do Grupo Wagner que envia instrutores militares russos para a RCA. Esses instrutores são mercenários do Grupo Wagner. O Grupo Wagner está incluído na lista por atropelos graves dos direitos humanos, incluindo tortura e execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, em vários países, incluindo a República Centro-Africana. Na sua qualidade de representante oficial de instrutores militares russos, Alexander Ivanov está envolvido nos graves atropelos dos direitos humanos cometidos pelo Grupo Wagner na RCA.	25.2.2023
35.	Toe UI t.c.p. Toe YI		Função(ões): vice-ministro dos Assuntos Internos Patente: major-general Nacionalidade: Mianmar/Birmânia Sexo: masculino	O major-general Toe Ui foi nomeado vice-ministro dos Assuntos Internos em 3 de fevereiro de 2023. É o antigo número dois do Gabinete do Chefe dos Assuntos de Segurança Militar (OCMSA). O OCMSA é responsável pela gestão dos centros de detenção e de interrogatório em Mianmar/Birmânia e está também encarregado da recolha de informações. O pessoal do OCMSA sob a autoridade de Ui recorre a nudez forçada, violação, choques elétricos, queimadura dos órgãos genitais e violência excessiva durante a detenção arbitrária e o interrogatório de homens, mulheres e membros da comunidade LGBTIQ. Na qualidade de número dois, o major-general do OCMSA, Toe Ui é responsável por violações graves dos direitos humanos em Mianmar/Birmânia, incluindo detenções arbitrárias e tortura, bem como violência sexual e violência baseada no género sistemáticas e generalizadas.	7.3.2023»;

ELI: http://data.europa.eu/eli/reg_impl/2023/2722/oj

2) Na secção B («Pessoas coletivas, entidades e organismos»), as entradas relativas às três entidades seguintes passam a ter a seguinte redação:

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
«8.	Fundação para a Defesa dos Valores Nacionais (FDNV) Fundo para a Defesa dos Valores Nacionais (FDNV) Fundação/organização para a proteção dos valores nacionais (FPNV)/(FZNC) Fundação para a proteção dos valores nacionais		Local de registo: Moscow (64 Zemlyanoy Val str., building 2, office 201, Moscow, Federação da Rússia) Sítio Web: https://en.fznc.ru/	A Fundação para a Defesa dos Valores Nacionais (FDNV) está associada ao Grupo Wagner. A FDNV funciona como o ramo das relações-públicas do Grupo Wagner. Orienta a propaganda pró-Wagner e as campanhas de desinformação, nomeadamente para reforçar a reputação do Grupo Wagner e apoiar a sua implantação, e participa em interferências dissimuladas em nome do Grupo nos vários países em que exerce atividade. O Grupo Wagner está incluído na lista por atropelos graves dos direitos humanos, incluindo tortura e execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias. em vários países, incluindo a Líbia, o Mali e a República Centro-Africana. A FDNV está associada ao Grupo Wagner e é responsável por apoiar e incentivar os atos do Grupo Wagner através da propaganda pró-Wagner, da interferência política e da desinformação.	25.2.2023
10.	Meroe Gold Co. Ltd. t.c.p. Meroe For Agricultural & Animal Production; Al-Solag; Al-Sarraj Mining Company Ltd; Al-Sawlaj Mining Company Ltd; Al-Solaj Mining Company)		Local de registo: Al-jref Gharb Plot 134 Blok 1h, Khartoum, Sudão Outras informações: extração e preparação de outros minérios metálicos não ferrosos Associada a: Al Sawlaj for Mining Ltd الصولج Aswar Multi Activities Co., Ltd	A Meroe Gold é uma entidade que dá encobrimento das operações do Grupo Wagner no Sudão, às quais está estreitamente ligada. Ao estar associado ao exército sudanês, o Grupo Wagner assegurou a exploração e exportação de ouro sudanês para a Rússia. A Meroe Gold está associada ao Grupo Wagner, incluído na lista por graves atropelos dos direitos humanos, incluindo tortura e execuções e assassinatos extrajudiciais, sumários ou arbitrários, em vários países, incluindo o Sudão. Por meio das suas atividades, a Meroe Gold também fornece apoio para tais atropelos cometidos no Sudão.	25.2.2023

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
14.	Guarda Republicana síria		Local de registo: Síria Pessoas associadas: brigadeiro-general Mohamed Qasem (vice-comandante), general Malik Aliaa (comandante supremo), Mohammad Nayouf, Mohamed Kaddor (comandantes), presidente Bashar Al-Assad	A Guarda Republicana síria é uma entidade responsável pela segurança de funcionários e que faz parte das forças de segurança sírias. Nas suas fileiras, a violência sexual e a violência baseada no género contra as mulheres são generalizadas, em especial durante o conflito em curso na Síria. As vítimas relataram violações violentas e tortura após e durante as detenções arbitrárias. A Guarda Republicana síria faz parte de uma abordagem sistemática do regime sírio que consiste em recorrer à violência sexual e à violência baseada no género para reprimir e intimidar o povo sírio, em especial as mulheres e as raparigas. A Guarda Republicana síria é, por conseguinte, responsável por violações graves dos direitos humanos na Síria, incluindo tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, prisão ou detenções arbitrárias, bem como violência sexual e violência baseada no género generalizadas.	7.3.2023».

ELI: http://data.europa.eu/eli/reg_impl/2023/2722/oj